

Análise comparativa do controle interno no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda e Alfa Ltda

A comparative internal control analysis of receivable and payable accounts in Beta and Alfa Ltd Companies



Cleyton de Oliveira Ritta

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Resumo

A necessidade constante de um excelente desempenho empresarial leva à busca da qualidade e confiabilidade da informação para o auxílio na tomada de decisão. Neste contexto, a auditoria contábil tem um papel importante na análise das práticas administrativas adotadas pelas entidades. Desse modo, o objetivo deste artigo é comparar a estruturação dos controles internos no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda, a qual não contrata serviços de auditoria externa, e Alfa Ltda, que os contrata. Este estudo caracteriza-se como de caso comparativo de caráter descritivo por meio de questionário e entrevista. Os resultados apontam que a empresa Alfa Ltda tem melhores níveis de controle interno e, conseqüentemente, está menos exposta a erros e fraudes. Desse modo, entende-se que os serviços de auditoria atuam como um instrumento de auxílio para minimização dos riscos operacionais e servem de alerta aos gestores quanto à eficiência das transações. Contudo, percebe-se que a qualidade dos controles internos nas organizações depende diretamente da utilização de procedimentos de monitoramento.

PALAVRAS-CHAVE: Controle Interno. Auditoria. Riscos.

Abstract

The constant need for excellent business performance triggers the quest for information quality and reliability to help in decision making. Considering this context, accounting auditing plays an important role in the analysis of administrative practices adopted by entities. Thus, the objective of this article

is to compare the structure of the internal controls for receivable and payable accounts in Beta Ltd companies, which do not contract external auditing services, and Alfa Ltd, which does. This study is a descriptive comparative case study, carried out through questionnaire and interview. The results have showed that Alfa Ltd has better internal control levels and consequently is less exposed to errors and fraud. This way, auditing services are seen as auxiliary instruments to minimize operational risks and serve to alert management with regard to the effectiveness of transactions. Nevertheless, it is noticed that internal controls in organizations depend directly on the use of monitoring procedures.

KEYWORDS: Internal Control. Auditing. Risks.

1 INTRODUÇÃO

A exposição a riscos é inerente às atividades das entidades econômicas. Segundo Piyatrapoomi, Kumar e Setunge (2004), o risco tem estado presente na maior parte da vida empresarial. Por isso, os controles internos são desenhados para minimizar essa exposição em níveis aceitáveis. Esta adequação faz parte da gestão estratégica de riscos da organização e proporciona informações gerenciais consistentes.

O gerenciamento de riscos nas atividades empresariais permite aos gestores administrar com eficácia as incertezas operacionais e as oportunidades a elas associadas, com o objetivo de maximizar a geração de valor (COSO, 2007).

É importante entender que o conceito de controle interno mudou ao longo dos tempos. Essa evolução modificou o que era muito conhecido como simplesmente procedimentos de controle para uma estruturação adequada de controles internos.

Neste sentido, a estrutura de controle interno pode ser definida como os processos executados para fornecer segurança razoável com relação ao cumprimento dos objetivos da instituição, quanto à eficiência e eficácia nas operações, integridade dos relatórios financeiros e aderência às leis e normas aplicáveis.

Assim, o ambiente de controle é a cons-

ciência de monitoramento da entidade e sua cultura de gestão. Ele é efetivo quando as pessoas da organização sabem quais são suas responsabilidades, limites de autoridade e competência técnica.

A avaliação do controle interno é uma responsabilidade da administração, mas cabe à auditoria contábil fazer uma análise própria dos riscos, confrontando-a com a avaliação realizada pelos administradores.

Diante deste contexto, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a auditoria pode contribuir na estruturação dos controles internos no setor de contas a receber e a pagar das empresas Beta Ltda e Alfa Ltda? Para responder tal questionamento, o objetivo geral da pesquisa é comparar a estruturação dos controles internos no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda, a qual não contrata serviços de auditoria externa, e na Alfa Ltda, que os contrata. Desse modo, tem-se como objetivos específicos: 1) descrever o fluxograma de atividades no contas a receber e a pagar; 2) avaliar a estrutura dos controles internos no contas a receber e a pagar e 3) comparar os resultados entre as empresas investigadas.

Esta pesquisa justifica-se pela importância dos controles internos na validação das informações financeiras e das práticas administrativas. A necessidade constante de

um excelente desempenho empresarial leva à busca da qualidade e confiabilidade da informação para o auxílio à decisão. A auditoria contábil tem um papel importante na análise das práticas adotadas pelas entidades.

Dessa forma, realiza-se estudo comparativo entre duas empresas, sendo que uma não utiliza serviços de auditoria externa e a outra os utiliza. Sendo assim, acredita-se que a presença de serviços de auditoria nas organizações auxiliam na qualidade e confiabilidade das informações, bem como transmitem maior segurança aos investidores, no que tange à tomada de decisão.

Para cumprir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado nas seguintes partes: a seção 1 é esta introdução; na seção 2 tem-se os conceitos pertinentes aos controles internos e a auditoria contábil; a seção 3 apresenta a metodologia da pesquisa; na seção 4 demonstram-se a descrição e a análise dos resultados alcançados. Logo após tem-se a seção 5 com as considerações finais. Por fim, apresenta-se as referências utilizadas neste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO

O Comitê de Procedimento de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados-AICPA (apud ATTIE, 2009, p. 148) informa que:

O controle interno compreende o plano da organização e o conjunto coordenado de métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Neste sentido, Almeida (1996) ressalta

que o controle interno fornece informações contábeis seguras que auxiliam a condução dos negócios da empresa. Um sistema de controle interno adequado funciona como uma “peneira” na detecção de erros, irregularidades e fraudes.

De acordo com o CRC-SP/IBRACON (2000, p. 61), “o controle interno é a viga mestra em que a administração se baseia para medir o alcance dos objetivos e metas, e ter certeza de que as diretrizes fornecidas pela empresa estão sendo regularmente seguidas”.

As funções principais do controle interno estão relacionadas ao cumprimento dos objetivos da entidade. Portanto, a existência de objetivos e metas é condição principal para a existência dos controles internos. Uma vez estabelecidos e clarificados os objetivos, é necessário identificar os riscos que ameaçam o seu cumprimento e realizar as devidas ações para o gerenciamento dos riscos identificados.

Hammersley, Myers e Shakespeare (2008) observam que a fraqueza do índice de informação de divulgações do controle interno depende da severidade com que é avaliado pela organização.

A avaliação contínua do controle interno propicia a identificação e a análise dos riscos associados ao não-cumprimento das metas e dos objetivos operacionais. Logo, os administradores devem definir os níveis de riscos operacionais e de informação que estão dispostos a assumir. A identificação e o gerenciamento desses riscos é uma ação proativa, que permite evitar surpresas desagradáveis.

A administração do risco é uma opção, não é destino. Sendo assim, os riscos devem ser assumidos, minimizados, controlados, compartilhados, financiados e sobretudo evitados (BERGAMINI JUNIOR, 2005).

O controle interno tem a função de verificar a conformidade entre os planos adota-

dos, as instruções emitidas e os princípios estabelecidos pela organização. Seu objetivo é evidenciar falhas e erros nos processos gerenciais, com o intuito de retificar as ações e evitar reincidência.

O sistema de controle interno é fundamental para que o auditor emita seu parecer sobre as práticas contábeis e administrativas adotadas, bem como para evidenciar as possíveis deficiências que o sistema possa apresentar.

2.2 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO

A finalidade do controle interno é a proteção do patrimônio e a confiabilidade dos dados obtidos para a gestão dos negócios. Attie (2009) registra que o controle interno tem como objetivos: comprovação da veracidade dos relatórios; prevenção de fraudes; detecção de erros; proteção dos ativos e motivação da eficiência do pessoal.

Rae e Subramaniam (2008) observam que os conceitos teóricos de licitude organizacional, controle interno e fraude unem-se para desenvolver dois modelos distintos que relacionam a fraude do empregado na organização e a qualidade dos procedimentos internos do controle.

O gerenciamento do controle interno assegura que a administração disponha de um processo implementado para atingir os objetivos propostos, com segurança na realização das atividades. Além disso, visa a assegurar que as metas almejadas estejam de acordo com a missão da organização e que sejam compatíveis com os níveis de riscos aceitáveis (COSO, 2007).

Logo, os objetivos do controle interno compreendem o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa, para proteger os ativos contra roubos, perdas e uso indiscriminado, e assim garantir a fidedignidade das informações e

a eficiência operacional (CREPALDI, 2000; MIGLIAVACCA, 2004; DIAS, 2006).

Para Boynton, Jonhson e Kell (2002), os controles internos são desenhados para fornecer segurança razoável quanto à consecução dos objetivos organizacionais nas seguintes categorias: confiabilidade de informações financeiras; obediência às leis e regulamentos aplicáveis e também promover a eficácia e eficiência de operações da entidade.

No entanto, Shapiro e Matson (2008) defendem que os bons resultados não advêm somente de iniciativas voluntárias razoavelmente eficazes, mas ressaltam que cabe aos gestores realizar eventualmente uma avaliação dos processos e fazer validar os relatórios gerenciais.

Nota-se que o sistema de controle interno propicia a comunicação das diretrizes administrativas, estimulando a observância das normas estabelecidas (BASSO, 2005). Sendo assim, percebe-se que a definição dos objetivos do controle interno são determinados pela administração da sociedade, de acordo com a legislação vigente e normas técnicas.

2.3 PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

Os princípios do controle interno visam a medidas que propiciem um bom funcionamento das operações nas organizações. Attie (2009) enumera os seguintes princípios fundamentais:

- a) delimitação exata da responsabilidade;
- b) segregação de atividades de contabilização e de operacionalização;
- c) comprovação das operações realizadas;
- d) pessoal qualificado e treinado;
- e) rotatividade entre funcionários nas atividades;
- f) manuais e normas de procedimentos para as atividades;
- g) sistemas de revisão e avaliação das operações.

Sá (2002), por sua vez, esclarece que deve haver as seguintes políticas administrativas para funcionamento eficaz do controle interno:

- a) existência de um plano de organização com a distribuição de responsabilidades;
- b) políticas de autorização e de registros das transações;
- c) zelo de elemento humano no desempenho das funções e
- d) qualidade e responsabilidade do pessoal.

Um sistema de controle adequado depende de pessoas qualificadas, utilização de técnicas e métodos de trabalho apropriados; eficácia na aplicação das normas técnicas de contabilidade; eficiência dos materiais utilizados e aferição dos resultados obtidos. (SÁ, 2002)

A administração da entidade é responsável pela implementação dos princípios fundamentais do sistema de controle interno, bem como por monitorar se estão sendo seguidos, para que atinjam os objetivos determinados.

2.4 ELEMENTOS DO CONTROLE INTERNO

O controle interno divide-se em controles contábeis e controles administrativos. Estes elementos representam a estruturação do sistema de controles internos e influenciam diretamente no desempenho das atividades.

Sá (2002) entende que os controles contábeis são aqueles que se relacionam diretamente com o patrimônio, com os registros contábeis e com as demonstrações contábeis. Dessa forma, eles abrangem “o plano de organização e os procedimentos de registros relacionados com a salvaguarda dos ativos e fidedignidade dos registros financeiros, sendo conseqüentemente destinados a propiciar segurança mínima nas transações”. (BASSO, 2005, p. 162)

Crepaldi (2000, p. 204) cita exemplos de controles contábeis: a) sistema de conferência, aprovação e autorização, b) segregação de funções, c) controles físicos sobre ativos e d) auditoria interna.

O Quadro 1 apresenta as características importantes dos controles contábeis.

Estrutura	Características
segregação de funções	estabelece a independência nas funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização
sistema de autorização	compreende o controle das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos
sistema de registro	compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, a existência de um plano de contas para facilitar o registro e preparação das demonstrações financeiras e a utilização de um manual descritivo de uso de contas

Quadro 1 - Características da estrutura do controle interno

Fonte: Adaptado de Attie (2009)

“Os controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que têm ligação direta com a eficiência das operações e com a política da empresa”. (CREPALDI, 2000, p. 205) Neste sentido, Sá (2002) observa que os con-

troles administrativos são os concernentes à eficiência operacional e à vigilância gerencial. Basso (2005) destaca que esses controles estão relacionados com os processos decisórios, mediante os quais a administração autoriza as transações.

De acordo com Attie (2009), os controles administrativos são compostos por:

- a) normas operacionais: compreende a observação de práticas adequadas aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções e
- b) pessoal qualificado: compreende a existência de pessoal habilitado e apto para desenvolvimento das atividades, sendo adequadamente supervisionado e instruído por seus responsáveis.

Almeida (1996, p. 50) corrobora com os seguintes exemplos de controles administrativos:

- a) análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
- b) controle de qualidade;
- c) treinamento pessoal;
- d) estudos de tempos e movimentos;
- e) análise das variações entre os valores orçados e os incorridos e
- f) controles dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente.

Boynton, Jonson e Kell (2002) enfatizam que os controles internos são operados por pessoas, não são meramente um manual de políticas e um conjunto de formulários. Por isso, são o resultado da interação entre pessoas e processos em todos os níveis da organização.

Desse modo, os elementos do controle interno representam as políticas e práticas gerenciais adotadas pela organização e evidenciam as responsabilidades, rotinas e procedimentos que devem ser seguidos pelas pessoas envolvidas.

2.5 LIMITAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno pode ser passível de falhas e erros, provocados pela falta de compreensão plena dos procedimentos ou

por fraudes com intuito de causar prejuízos à entidade.

Sendo assim, Boynton, Jonhson e Kell (2002) destacam que as principais limitações inerentes aos controles internos são: erros de julgamento por informações inadequadas, falhas devido à falta de entendimento, conluio de indivíduos com intuito de alguma vantagem e atos praticados pela administração com objetivos ilegítimos.

Crepaldi (2000, p. 213) observa que as limitações mais importantes do controle interno são o “conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa, instrução inadequada dos funcionários com relação às normas internas e negligência dos funcionários na execução de suas tarefas diárias”.

As limitações inerentes ao controle interno caracterizam-se como:

- a) a existência normal da administração de que o custo de um controle interno não exceda os benefícios a serem obtidos;
- b) a maioria dos controles internos tende a ser direcionada para transações rotineiras em vez de para transações não rotineiras;
- c) o potencial de erro humano devido a descuido, distração, erros de julgamento e instruções mal-entendidas;
- d) a possibilidade de contornar os controles internos por meio de conluio de um membro da administração ou empregado com partes de fora (terceiros) ou de dentro da entidade;
- e) a possibilidade de que uma pessoa responsável por exercer um controle interno possa abusar dessa responsabilidade. Por exemplo, um membro da administração que passe por cima de um controle interno;
- f) a possibilidade de que procedimentos se tornem inadequados devido a mudanças nas condições e de que o cumprimento desses procedimentos se deteriore

(FRANCO e MARRA, 2001, p. 284).

Logo, a administração da organização deve promover políticas administrativas que minimizem a possibilidade de ocorrência de fraudes ou erros, para assegurar confiabilidade das informações.

2.6 DOCUMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A documentação do controle interno tem a finalidade de monitorar as atividades desenvolvidas, além de permitir a rastreabilidade e a análise dos acontecimentos. Para Franco e Marra (2001, p. 267), os meios para verificar o controle interno são:

todos os registros, livros, fichas, mapas, boletins, papéis, formulários, pedido, notas, faturas, documentos, guias, impressos, ordens internas, regulamentos e demais instrumentos de organização administrativa que formam o sistema de vigilância, fiscalização e verificação utilizado pelos administradores para exercer o controle sobre todos os fatos ocorridos na empresa e sobre todos os atos praticados por aqueles que exercem funções direta ou indiretamente relacionadas com organização, patrimônio e o funcionamento da empresa.

Sá (2002) esclarece que fazem parte também da documentação do controle interno o plano de organização, as normas de trabalho, as rotinas de serviços, o fluxo de documentos, em suma, todos os meios utilizados pela organização para proteção do seu patrimônio. Adicionalmente, Crepaldi (2000) explica que as informações sobre o sistema de controle interno são obtidas por meio de leitura dos manuais, conversa com funcionários e inspeção do fluxo de operação.

Neste sentido, Almeida (1996, p. 51) enfa-

tiza que “as atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”.

A descrição das operações permite um melhor controle sobre as atividades realizadas e também possibilita verificar se a prática diária está sendo seguida conforme determinação dos procedimentos e normas organizacionais.

2.7 CONTROLE INTERNO E AUDITORIA CONTÁBIL

O controle interno é a base para determinação no nível de serviços de auditoria, pois, por meio do levantamento dos sistemas de controle é que o auditor definirá a extensão dos seus trabalhos.

Para Sá (2002), a avaliação do controle interno é um processo auxiliar de auditoria, no qual se mede a capacidade dos meios utilizados pela organização para proteção do seu patrimônio.

A existência de um bom controle interno aumenta a confiança do auditor quanto à exatidão dos registros contábeis e à veracidade de outros documentos e informações internas. Entretanto, se a avaliação apontar fraquezas no sistema, é preciso intensificar os testes nas áreas onde ocorrem tais fraquezas. (ATTIE, 2009, p. 245)

Segundo Basso (2005), o exame do sistema de controle interno obedece às seguintes fases:

- a) Revisão do Sistema: é análise do organograma, de descrição de cargos, dos manuais e dos fluxogramas das operações;
- b) Verificação do Sistema: é a verificação de como o sistema funciona e
- c) Avaliação do Sistema: é a conclusão sobre a confiabilidade do sistema de controle interno.

Neste sentido, Attie (2009) ressalta que na identificação de fraquezas do controle interno por parte do auditor, este deve fazer recomendações de melhorias à administração, no intuito de providenciar ações e medidas corretivas nos processo. Desse modo, o auditor também pode ser considerado um assessor importante para aumentar o desempenho organizacional.

Crepaldi (2000, p. 124) elucida que “o estudo e avaliação do sistema contábil e de controle interno normalmente oferecem base para sugestões construtivas a clientes, com referência a aperfeiçoamento do controle interno”.

O gerenciamento de risco fornece às organizações meios para que possam preparar-se para o inesperado, e, assim, reduzir a variação negativa dos indicadores financeiros, contábeis e operacionais (REGO; BRUNI, 2009).

Crepaldi (2000, p. 217) observa que a responsabilidade do auditor sobre o controle interno limita-se a:

- a) apreciar de modo inteligente os procedimentos em vigor e determinar se oferecem um razoável grau de confiança;
- b) verificar se o sistema está sendo corretamente aplicado e
- c) reportar as falhas observadas, oferecendo recomendações.

Entretanto, para Shelton e Whittington (2008) é importante também examinar a opinião dos responsáveis pelos controles, com o intuito de verificar a sua influência nos investidores. Tal situação fornece evidências adicionais no que tange ao entendimento e à adequação dos controles internos que estão sob análise.

Dessa forma, percebe-se que a avaliação do sistema de controle interno contribui para a formação da opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e, conseqüentemente, propicia ações corretivas quando da existência de debilidades administrativas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é do tipo descritiva, pois apresenta as características dos controles internos existentes no contas a receber e a pagar nas empresas investigadas. Segundo Martins (2002, p. 36), este tipo de pesquisa tem como objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”.

Quanto à abordagem do problema, o estudo é qualitativo e quantitativo, por categorizar a estrutura dos controles internos nas empresas estudadas e por utilizar instrumental estatístico na análise dos dados. Para Viana (2001), a abordagem qualitativa utiliza procedimentos descritivos, pois seus dados não são numéricos e a análise é feita por meio de riqueza de relações. Já a abordagem quantitativa caracteriza-se pela utilização de procedimentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é um estudo de caso comparativo entre duas empresas. Para Jung (2004), a pesquisa do tipo estudo de caso investiga um fenômeno, uma situação dentro de um contexto local, real, de maneira que permita sua melhor compreensão.

A coleta de dados ocorreu por meio de análise documental, aplicação de questionário do tipo fechado e entrevista não estruturada. Viana (2001) observa que a análise documental permite estudar o problema estipulado e responder aos objetivos da pesquisa para compreensão do fenômeno investigado. O questionário consiste em trazer os objetivos específicos de pesquisa, mediante perguntas ordenadas (GIL, 2002). Em relação à entrevista, Cervo e Bervian (2002) esclarecem que ela é uma conversa orientada para um objetivo definido, no intuito de recolher por meio do interrogatório dados para pesquisa.

4 ESTUDO DE CASO

Nesta seção, inicialmente, caracterizam-se as empresas pesquisadas. Em seguida, destaca-se a base de dados utilizada.

4.1 EMPRESAS PESQUISADAS

O estudo foi efetuado nas empresas Beta Ltda e Alfa Ltda. Os nomes são fictícios devido à proteção das informações. A “Beta Ltda” é uma indústria do segmento plástico, que comercializa produtos descartáveis como: copos, pratos, potes, tampas e bandejas. Ela não submete suas demonstrações contábeis à revisão de auditoria externa. A “Alfa Ltda” é uma indústria do segmento químico, que comercializa produtos flexográficos para impressão em embalagens de plástico, papel e papelão. Ela submete suas demonstrações contábeis à revisão integral por auditoria externa. Ambas estão situadas na região sul do estado de Santa Catarina.

A pesquisa foi realizada no setor financeiro, na área de contas a receber e de contas a

pagar. Na coleta de dados foram consideradas as atividades de recebimento de duplicatas de clientes e pagamento de duplicatas a fornecedores devido à acessibilidade de informações. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário e entrevista com os responsáveis pelos setores.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados estão dispostos de acordo com os objetivos específicos estipulados na pesquisa: 1) descrever o fluxograma de atividades no contas a receber e a pagar; 2) avaliar a estrutura dos controles internos no contas a receber e a pagar e 3) comparar os resultados entre as empresas investigadas.

4.2.1 DESCRIÇÃO DO FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES NO CONTAS A RECEBER E A PAGAR

A Figura 1 apresenta o fluxograma das operações do contas a receber nas empresas pesquisadas:

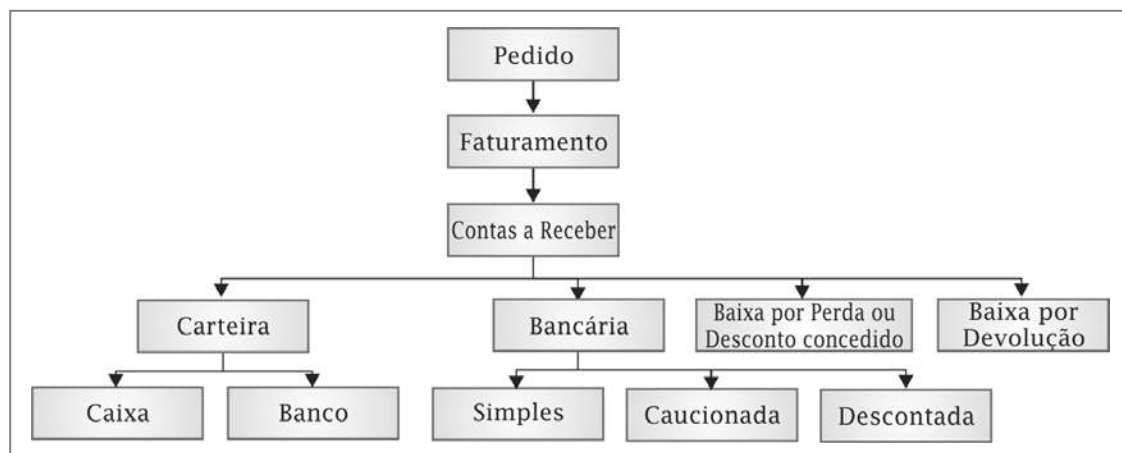


Figura 1 - Fluxograma do Contas a Receber

Na Figura 1 constata-se os movimentos realizados pelos profissionais que operam o sistema de contas a receber. Inicialmente, tem-se o Pedido de compra dos clientes, seguido do Faturamento e a geração de duplicatas no

Contas a Receber. Neste fluxograma, destaca-se as operações de Baixa por Perda/Desconto Concedido e Devolução, por apresentarem as situações mais frágeis. Estas operações possuem a possibilidade de manipulação, por

não envolverem a conta caixa ou banco. Logo, nestas atividades, devem existir autorizações para salvaguardar os direitos futuros a receber da empresa.

Assim, percebe-se que há a necessidade de uma adequada monitoração nas operações do

contas a receber, porque as movimentações de duplicatas na maioria das vezes transformam-se em dinheiro para as organizações.

A Figura 2 exhibe o fluxograma das operações do contas a pagar nas empresas investigadas.

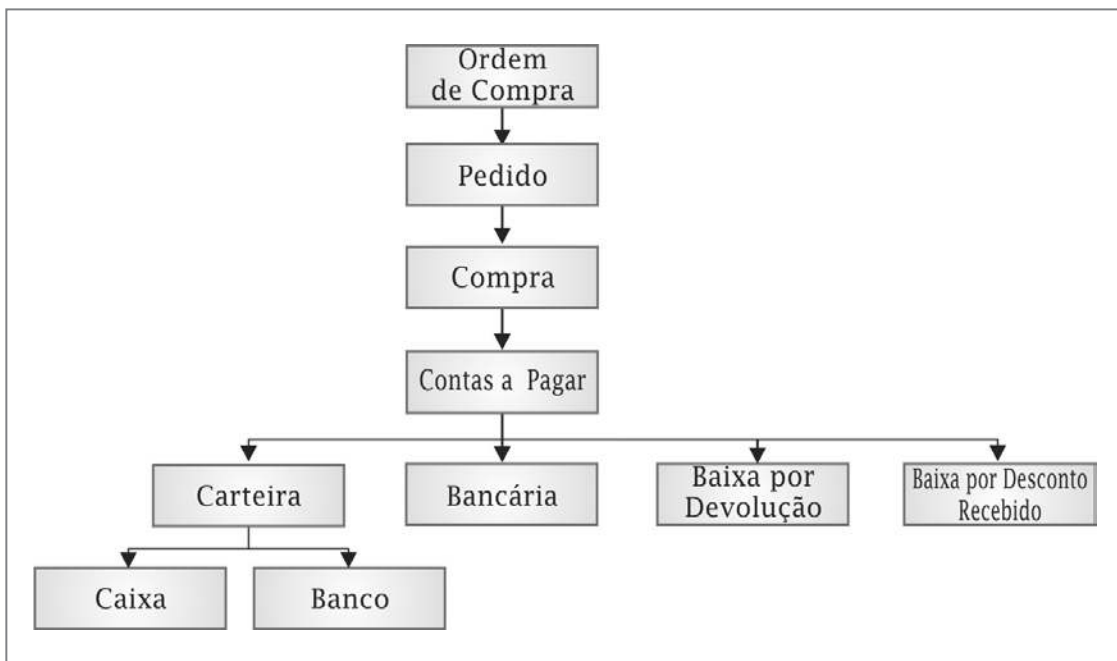


Figura 2 - Fluxograma do Contas a Pagar

Na Figura 2 verifica-se os movimentos realizados no sistema do contas a pagar. Primeiramente, tem-se a emissão da Ordem de Compra, na sequência a confirmação do Pedido e a efetivação da Compra com a geração do Contas a Pagar. As atividades de Baixa por Devolução e Desconto Recebido configuram-se como uma das situações mais delicadas no fluxograma por não envolverem a conta caixa ou banco.

Observa-se que as operações do contas a pagar devem possuir revisões e autorizações de pagamento, para evitar pagamentos em duplicidade e desvios de dinheiro. Nesta área é importante o controle interno funcionar de forma intensa, pois as transações envolvem a saída de capitais.

4.2.2 AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS CONTROLES INTERNOS NO CONTAS A RECEBER E A PAGAR

O Quadro 2 demonstra o questionário utilizado para avaliar os controles internos no contas a receber, com base nas proposições de Attie (2009) e nas normas de auditoria.

O Questionário de Avaliação do Controle Interno Contas a Receber apresenta corretamente 12 (doze) respostas "Sim" e 4 (quatro) respostas "Não", de acordo com as normas de auditoria. Constata-se que a empresa Beta Ltda atinge apenas 3 (três) respostas "Sim" e 0 (zero) resposta "Não". A Alfa Ltda pontua 8 (oito) respostas "Sim" e 2 (duas) respostas "Não".

N	Perguntas	NORMAS		BETA		ALFA	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1	As contas a receber são reais e representam direitos efetivos contra os devedores?	X			X	X	
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a receber?	X		X		X	
3	O crédito concedido aos clientes necessitam de autorização?	X			X		X
4	As provisões estão adequadas para fazer em face de possíveis perdas?	X			X	X	
5	Existe autorização para concessão de descontos e/ou dispensa de juros?	X			X		X
6	As baixas de duplicatas a receber são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X			X	X	
7	O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixa por devolução ou por perda?		X	X			X
8	Há políticas de controles de duplicatas a receber vencidas e não recebidas?	X		X		X	
9	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a receber sem autorização?		X	X			X
10	As alterações de vencimentos no contas a receber são devidamente registradas e aprovadas?	X			X		X
11	Os recebimentos do contas a receber são efetuados diretamente na conta caixa/bancos?	X			X	X	
12	Os recebimentos do contas a receber são retidos por alguns dias antes da efetiva baixa?		X	X		X	
13	Há procedimentos de segurança no caso de recebimento por meio de cheques?	X			X		X
14	Há realização de conciliações periódicas do contas a receber com a contabilidade?	X		X		X	
15	O responsável pelo contas a receber também é responsável pela conciliação contábil?		X	X		X	
16	As contas a receber são contabilizadas de acordo com os princípios de contabilidade?	X			X	X	

Quadro 2 - Questionário de Avaliação do Controle Interno Contas a Receber

Desse modo, nota-se que as empresas apresentam as seguintes debilidades nesta estrutura de controle interno: concessão de créditos sem autorização (3), concessão de descontos sem autorização (5), alterações de vencimento sem autorização (10), retenção de recebimentos (12), inexistência de procedimentos de

segurança para recebimentos em cheques (13) e a falta de segregação de atividades, referente ao Contas a Receber e à conciliação contábil.

O Quadro 3 demonstra o questionário utilizado para avaliar os controles internos no contas a pagar, com base nas proposições de Attie (2009) e nas normas de auditoria.

N	Perguntas	NORMAS		BETA		ALFA	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1	As contas a pagar são reais e representam efetivamente as obrigações?	X			X	X	
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a pagar?	X		X		X	
3	Há revisão e autorização dos pagamentos?	X		X		X	
4	As baixas de duplicatas a pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X			X	X	
5	O responsável pelo contas a pagar tem autorização para baixa por devolução?		X	X		X	
6	Há controle de pagamentos para evitar atrasos?	X			X	X	
7	Há políticas para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?	X			X	X	
8	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização?		X	X			X
9	As alterações de vencimentos no contas a pagar são devidamente registradas e aprovadas?	X			X		X
10	Os juros são pagos com autorizações?	X			X	X	
11	Os juros são pagos em documentos específicos?	X			X	X	
12	Existem duas assinaturas escritas ou eletrônicas para efetuar os pagamentos?	X			X	X	
13	Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?		X	X		X	
14	O responsável pelo contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?		X	X		X	
15	Há realização de conciliações periódicas do contas a pagar com a contabilidade?	X		X		X	
16	As contas a pagar são contabilizadas de acordo com os princípios de contabilidade?	X			X	X	

Quadro 3 - Questionário de Avaliação do Controle Interno Contas a Pagar

O Questionário de Avaliação do Controle Interno Contas a Pagar apresenta corretamente 12 (doze) respostas “Sim” e 4 (quatro) respostas “Não”, de acordo com as normas de auditoria. Verifica-se que a empresa Beta Ltda atinge apenas 3 (três) respostas “Sim” e 0 (zero) resposta “Não”. A Alfa Ltda pontua 11 (onze) respostas “Sim” e 1 (uma) resposta “Não”.

Constata-se que as empresas demonstram as seguintes fragilidades nesta estrutura de controle interno: inexistência de autorização

para baixa por devolução (5), alterações de vencimento sem autorização (9) e possibilidade de pagamentos em duplicidade (13).

4.2.3 COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA DOS CONTROLES INTERNOS NO CONTAS A RECEBER E A PAGAR

O Gráfico 1 expõe a comparação entre as empresas, de acordo com as respostas obtidas em relação às normas de auditoria, referente ao Contas a Receber.

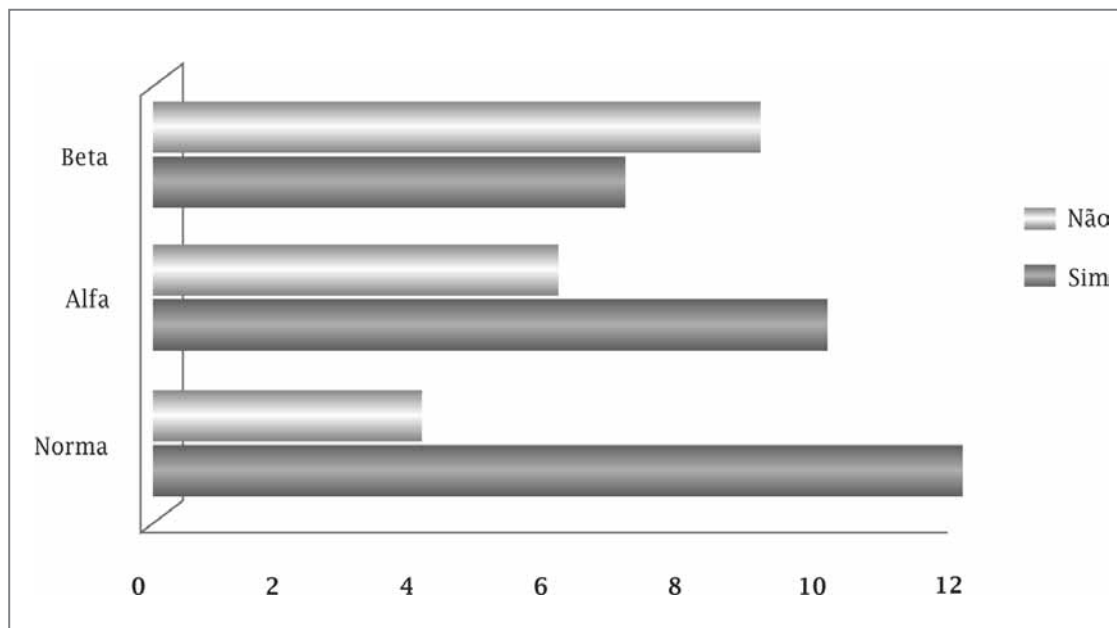


Gráfico 1 - Respostas em Conformidade com as Normas de Auditoria - Contas a Receber

A empresa Beta Ltda apresenta uma baixa adesão às normas de auditoria, pois apresenta 9 (nove) respostas do tipo “Não” e 7 (sete) respostas “Sim”. A Alfa Ltda possui uma maior aderência às normas, com 6 (seis) respostas do tipo “Não” e 10 (dez) respostas “Sim”.

O Gráfico 2 mostra o percentual das respostas corretas no Contas a Receber, que atendem às normas de auditoria.

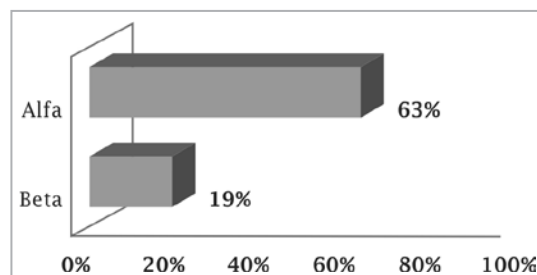


Gráfico 2 - Empresa em Conformidade com as Normas de Auditoria - Contas a Receber

A empresa Beta Ltda apresenta um baixo nível (19%) de controle interno em relação às normas de auditoria. Entretanto, na empresa “Alfa Ltda” este indicador é representativo (63%).

O Gráfico 3 exhibe a comparação entre as empresas, de acordo com as respostas obtidas em relação às normas de auditoria, referente ao Contas a Pagar.

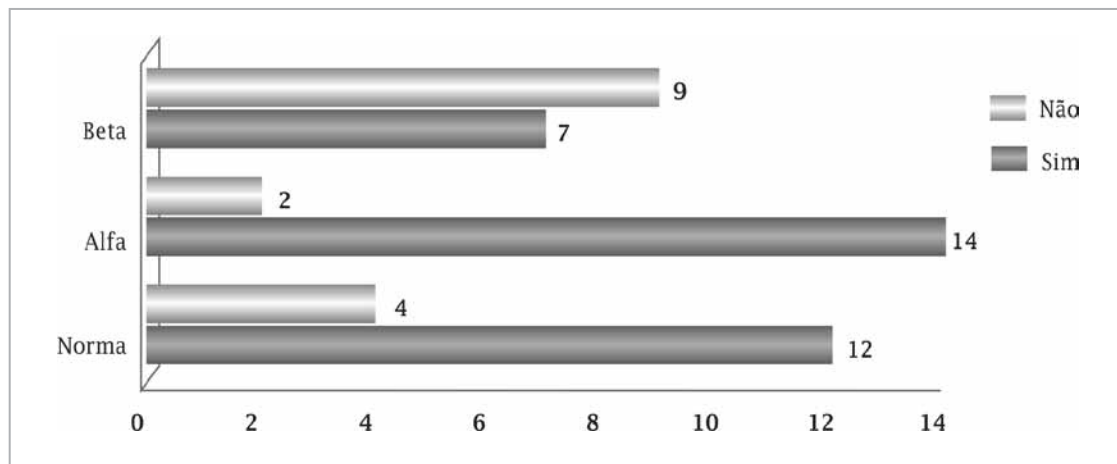


Gráfico 3 - Respostas em Conformidade com as Normas de Auditoria Contas a Pagar

A empresa Beta Ltda possui deficiências significativas no controle interno do Contas a Pagar, com 9 (nove) respostas do tipo “Não” e 7 (sete) respostas “Sim”. A Alfa Ltda apresenta uma maior aderência às normas, com 2 (duas) respostas do tipo “Não” e 14 (quatorze) respostas “Sim”.

O Gráfico 4 evidencia o percentual das respostas corretas no Contas a Pagar, que atendem às normas de auditoria.

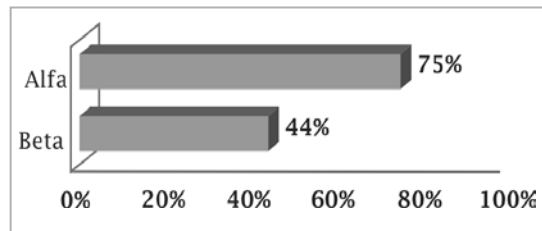


Gráfico 4 - Empresa em Conformidade com as Normas de Auditoria - Contas a Pagar

A empresa Beta Ltda apresenta um melhor desempenho no Contas a Pagar se comparado à

área do Contas a Receber, porém ainda possui um índice baixo (44%) de aderência no Contas a Pagar. A Alfa Ltda possui um percentual mais elevado (75%) no controle interno neste setor.

5 CONCLUSÃO

Há até bem pouco tempo, a palavra risco era tida apenas como um componente imponderável nos negócios, com o qual as empresas eram obrigadas a lidar no seu dia a dia. Este componente era gerado por diversos fatores que resultavam em prejuízos para as entidades. Dessa forma, as organizações destinam maior atenção para o controle e proteção dos seus ativos. Por isso, seus profissionais focam a atenção na construção e na monitoração dos controles internos e na realização das atividades organizacionais com segurança.

Diante dessa nova realidade, a auditoria passou a ser fundamental para o sucesso dos negócios, pois sua função primordial é a validação das informações financeiras e das práticas

administrativas adotadas pelas organizações, contribuindo assim para o auxílio à tomada de decisão. Dessa forma, o objetivo geral deste artigo foi comparar a estruturação dos controles internos no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda, a qual não contrata serviços de auditoria externa, e na Alfa Ltda, que os contrata.

Em relação ao primeiro objetivo específico, identificou-se que as empresas apresentaram como principais fragilidades as rotinas de Baixa por Devolução ou por Desconto Recebido/Concedido. Observou-se que estas transações não envolvem a conta caixa ou banco. Além disso, não ocorrem autorizações para efetuar tais transações.

Quanto ao segundo objetivo específico, notou-se que as empresas não possuem políticas de autorizações para: concessão de créditos e descontos, alterações de vencimentos e baixas por devolução ou perdas.

No que tange ao terceiro objetivo específico, percebeu-se que a empresa Alfa Ltda

apresentou melhores níveis de controle interno em relação à empresa Beta Ltda, que não contrata serviços de auditoria. A aderência dos controles internos às normas de auditoria na Alfa Ltda atingiu 63% no contas a receber e 75% no contas a pagar; por sua vez, a Beta Ltda alcançou 19% no contas a receber e 44% no contas a pagar.

Os resultados revelaram que a empresa que utiliza serviços de auditoria externa tem melhores níveis de controle interno, consequentemente está menos exposta a erros e fraudes. Desse modo, entende-se que os serviços de auditoria atuam como um instrumento de auxílio para minimização dos riscos operacionais e servem de alerta aos gestores quanto à eficiência das transações.

Contudo, entende-se que a qualidade dos controles internos nas organizações depende diretamente da utilização de procedimentos de monitoramento e que estes devem estar em constante aperfeiçoamento para garantir adequados processos gerenciais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno completo. São Paulo: Atlas, 1996.
- ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BASSO, I. P. **Iniciação à auditoria**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- BERGAMINI JUNIOR, S. Controles internos como um instrumento de Governança Corporativa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 149-188, dez/2005.
- BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY
- COMMISSION - COSO. **Gerenciamento de riscos corporativos**: estrutura integrada. Jersey City, AICPA, 2007.
- CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- DIAS, S. V. S. **Auditoria de processos organizacionais**: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados

esperados. São Paulo: Atlas, 2006

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMMERSLEY, J.S.; MYERS, L.A.; SHAKESPEARE, C. Market reactions to the disclosure of internal control weaknesses and to the characteristics of those weaknesses under section 302 of the Sarbanes Oxley Act of 2002. **Review of Accounting Studies**, v. 13, n. 1, p. 141-165. 2008.

JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIGLIAVACCA, P. N. **Controles internos nas organizações**: um estudo abrangente dos princípios de controle interno: ferramentas para avaliação dos controles internos em sua organização. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2004.

PIYATRAPOOMI, N.; KUMAR, A.; SETUNGE, S. Framework for investment decision-making under risk and uncertainty for infrastructure asset management. **Research in Transportation Economics**, v. 8, n. 1, p.199-214, 2004.

RAE, K.R., SUBRAMANIAM, N. Quality of internal control procedures: Antecedents and moderating effect on organisational justice and employee fraud. **Managerial Auditing Journal**, v. 23, n. 2, p. 104-124, 2008.

REGO, A. M. P. S.; BRUNI, R. A. A **utilização do COSO na controladoria**: um estudo de caso no Brasil. Salvador: UNIFACS/ UFBA, 2009.

SÁ, A. L. **Curso de Auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SHAPIRO, B., MATSON, D. Strategies of resistance to internal control regulation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 2, p. 199-228, 2008.

SHELTON, S.W., WHITTINGTON, O.R. The influence of the auditor's report on investors' evaluations after the Sarbanes-Oxley Act. **Managerial Auditing Journal**, v. 23, n. 2, p. 142-160, 2008.

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

Artigo Recebido em: 08 de setembro de 2010.

Artigo Aprovado em: 29 de abril de 2011.

ENDEREÇO DOS AUTORES

Cleyton de Oliveira Ritta

E-mail: cleyton@unesc.net